

Revista de  
**Economia  
Política**

Volume 18, nº 2 (70), abril-junho/1998

**A nova teoria neoclássica do crescimento**

*Newton Paulo Bueno*

**“Globalização” financeira**

*Paulo Nogueira Batista Jr.*

**Moral da dívida pública**

*Marcos Fernandes*

**Banco Central, governo democrático**

*Sola, Garman e Marques*

**DEBATE**

**Fantasia política**

*João Paulo dos Reis Velloso*

**Fantasia política ou política da fantasia?**

*Basilia Aguirre e Fabiana da Cunha Saddi*

Portanto, como corretamente assinala Rosa Marques, a questão do desemprego está fundamentalmente relacionada com o ritmo de crescimento, e os aumentos de produtividade podem ser ajustados com a redução da jornada de trabalho. Dessa maneira, não fica descartada a hipótese de que a um novo ciclo de expansão capitalista esteja associada à geração de empregos, em quantidade maior que a redução provocada pelas novas tecnologias.

Basta observar o avanço do emprego que se verificou nos Estados Unidos, nos últimos seis anos, que não pode ser atribuído exclusivamente ao barateamento da mão-de-obra, mas sobretudo ao maior ritmo de crescimento da economia americana. É evidente que a redução dos salários elevam os lucros e induzem as empresas a maiores investimentos. Mas a questão não se esgota aí. É bom não esquecer os prognósticos de certos economistas do século XVIII, que, diante da introdução das

máquinas no processo produtivo, sentenciavam o fim dos postos de trabalho.

Mas o trabalho de Rosa Marques não se limita a analisar o mundo do trabalho e a proteção social dos países avançados. A quarta parte do livro é dedicada a uma acurada análise da proteção social e a renda mínima garantida no Brasil. Não cabe aqui, neste curto espaço, adiantar todas conclusões e roubar do leitor o prazer de descobri-las por si mesmo. Basta apenas assinalar que o estudo de Rosa Maria Marques coloca no seu devido lugar uma das discussões mais importantes sobre o futuro capitalismo e sobretudo sobre o destino dos trabalhadores.

*Guido Mantega*

Professor de Economia da Escola de  
Administração de Empresas  
da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

### *Formação econômica do Brasil*

Amaury Patrick Gremaud, Flávio Azevedo Marques de Saes e Rudinei Toneto Jr.  
São Paulo, Atlas, 1997. *sup 114338*

A elaboração de um manual de *Formação econômica do Brasil* voltado a alunos de curso de graduação em economia é empreendimento corajoso, porquanto permeado de riscos. Isto não só pela extensão do conteúdo — a rigor, do período colonial às incertezas da conjuntura —, como pela necessária polêmica envolvida nos temas, seja pela natureza mesma da área ou por restarem ainda grandes lacunas na literatura, as quais só podem ser resolvidas por pesquisas empíricas. Parto do suposto, facilmente verificável na história da ciência, que quanto menor o grau de consenso dentro da comunidade científica sobre determinado objeto, mais difícil é expô-lo, resumi-lo e comparar os diversos modelos e alternativas teóricas com pretensão de abarcá-lo. Como o que carece de verdades, ou sujeito a intermináveis contendas, poderá ser sumariado sem frustrar os leitores de manuais, ávidos por respostas prontas e definitivas?

Os autores desta obra, vinculados à FEA-USP — o segundo é professor, e o primeiro e o último, doutorandos nessa instituição —, aceitaram o desafio da síntese mas não se propuseram propriamente

a ter como resultado do trabalho um manual, mas um texto de leitura de apoio. Isto significa que sua proposta didática, por assim dizer, não dispensa a leitura das obras mais importantes; e que, quanto à forma de exposição, não se propõe a uma apresentação fechada do estágio das artes em cada tema, o que suprimiria o debate e as controvérsias. Reconhecendo a pluralidade de perspectivas e a diversidade de cortes analíticos com os quais se pode reconstituir a formação econômica brasileira, por exemplo, com ênfase nas atividades produtivas regionais, ou restringindo-se à história da política econômica, ou, ainda, catalogando e expondo a riqueza de novos trabalhos e teses anualmente incorporados ao conhecimento da área, não restou aos autores senão fazer sua escolha. Esta consistiu em focar principalmente as obras “clássicas” — por exemplo, Prado Jr., Novais e Goreneder para o sistema colonial; Furtado e Tavares para a substituição de importações.

Como toda opção, esta envolve vantagens e desvantagens. Ganha-se sobretudo na facilidade de exposição, o que toma o texto claro e enxuto, em-

preendimento não desprezível numa obra escrita por três autores. Porém, perde-se em parte a riqueza dos debates, visto que muitas vezes as interpretações e hipóteses das obras consagradas constituem objeto de testes e críticas de dissertações e teses com indiscutíveis méritos acadêmicos. Lançando mão de certa licenciosidade, e inspirado em T. Kuhn, compararia as obras “clássicas” a paradigmas, que ganham adeptos e defensores, mas concorrentes entre si como paradigmas alternativos. A crítica a um paradigma não significa o aparecimento em pouco tempo de outro para substituí-lo; muitas vezes a agonia é lenta, sem que se tenha outra visão globalizante consistente para ocupar seu lugar. Neste momento da produção científica, as obras tanto contestatórias como apoloéticas, teóricas ou empíricas, são tão ou mais importantes que as “clássicas”, principalmente para aqueles que são introduzidos na ciência, pois delas deve emergir o núcleo de futuras pautas de pesquisa. Para evitar esta objeção, uma alternativa factível e de baixo custo aos autores seria pelo menos arrolar alguns temas em que o debate é inconcluso, fazendo referências, preferencialmente com breves comentários, a trabalhos que podem induzir a outros. Afinal, coerente com sua proposta, não se trata de manual, mas de texto de apoio.

Mas respeitando a opção metodológica dos autores, e que, a rigor, talvez seja mesmo a mais apropriada diante da complexidade da proposta, não há dúvida de que a exposição das principais obras é competente e, o que não deixa de ser raro, fiel aos autores selecionados, havendo a preocupação de deixar claro ao leitor o *approach* ou visão mais abrangente subjacente a cada um deles. Cabe salientar que embora abarque da época colonial à atualidade, na verdade o livro detém-se no período entre 1889 e 1984; trata-se, nas palavras dos autores, sobretudo de “entender o processo que transformou uma economia agrícola do começo do século XX em importante economia industrial na segunda metade do mesmo século”. Não se encontrará, então, v. g., o debate entre papelistas e metalistas durante o Império; a política econômica anterior à proclamação da República também não é abordada, a não ser a que diz respeito à escravidão. Mas se o objetivo é entender o processo de transição de uma economia rural para outra, urbana e industrializa-

da, alguns aspectos talvez merecessem maior ênfase ou mesmo menção, como a origem do empresariado industrial e a formação do mercado de trabalho para a indústria, o significado do Estado Novo e do nacionalismo de Vargas, temas já suficientemente abordados pela literatura e que vêm sendo objeto de debates na academia.

Finalmente, cabe mencionar mais três aspectos que certamente valorizam a obra e a qualificam como texto de apoio. Em primeiro lugar, o fato de, mesmo nos temas mais polêmicos, os autores não se eximirem de fazer uma avaliação crítica da literatura selecionada, tomando muitas vezes partido por uma tese ou outra. Rompe-se, assim, com aquele falso ar de neutralidade dos compêndios tradicionais que, ao esconderem o que pensam e o que propõem, acabam pecando pela parcialidade implícita, algo corriqueiro mas cada vez menos tolerado nas ciências ditas sociais (nas outras, há muito desapareceram). Em segundo lugar, o fato de não se restringir às ações do Estado na economia, como na política econômica, resgatando a idéia de processo em que existem agentes, classes e instituições; enfim, onde há uma economia real que produz, consome, investe, decide, erra e acerta. Poder-se-ia dizer, *cum gnano salis*, que se estuda a política monetária de uma época não como um fim em si mesmo ou para saber se as autoridades monetárias “erraram” ou “acertaram” tendo em vista determinado modelo, o que epistemologicamente até pode ter sentido, mas certamente é estéril do ponto de vista prático: procura-se, isto sim, desvendar o sentido e o impacto que tiveram as diretrizes de política monetária sobre a economia real. E finalmente, em terceiro lugar, a presença no início de cada capítulo de uma síntese dos principais marcos políticos do período a ser abordado, fomando um quadro que facilita a reconstituição da época e, se não chega a concretizar a evidente indissociabilidade entre história econômica e história política, esforça-se no sentido de aproximá-las. Um dever amaríssimo, como diria o famoso personagem machadiano.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular e Pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.